

O Modelo
Desportivo
Francês:
mutação ou crise?

—◆—
Instituto Montaigne





Propriedade e Edição
Confederação do Desporto de Portugal
R. Eduardo Augusto Pedroso, 11-A • 1495-047 Algés
www.cdp.pt • cdp@netcabo.pt

Director
Carlos Paula Cardoso

Autor
Instituto Montaigne
Julho 2002

Título
O Modelo Desportivo Francês: mutação ou crise?

Compilação e Tradução
Fernando Tenreiro

Revisão Técnica
Maíalda Pires

Colecção
Temas CDP

Coordenador de Produção
José Alfredo Carvalho (CDP)

Produção Gráfica
Estrelas de Papel, Lda.
R. Almirante Barroso, nº 52, 3º Esq. • 1000-013 Lisboa
estrelasdepapel@netcabo.pt

Design
Raimundo Santos/Estrelas de Papel

Impressão
Estúdios F.Jorge

Tiragem
1500 exemplares

ISBN: 972-98954-5-7
Depósito Legal: 213534/04

Junho 2004, Confederação do Desporto de Portugal
Apoio: Instituto do Desporto de Portugal

INDÍCE

Prefácio da Confederação do Desporto de Portugal	3
Instituto Montaigne	5
Índice	7
Prefácio	9
Síntese	11
Propostas	13
Introdução	15
1. O desporto conhece há 20 anos uma mutação profunda e acelerada	15
2. Face a esta mutação o modelo francês adapta-se dificilmente	16
3. Desta situação, o Instituto Montaigne retira cinco linhas directrizes de reflexão	19
4. As características do sistema desportivo conduzem o Instituto Montaigne a procurar desenvolver um método de análise específica	20
I O PRINCÍPIO FRANCÊS DE DELEGAÇÃO FACE ÀS MUTAÇÕES DO DESPORTO	21
1.1. Análise crítica da situação actual	21
1.2. Pistas de reflexão	23
II O ENQUADRAMENTO JURÍDICO DO DESPORTO EM FRANÇA	24
2.1. Análise crítica da situação actual	24
2.1.1 A legislação desportiva e a sua evolução	25
2.1.2. A realização de missões de serviço público e o desenvolvimento de projectos económicos desportivos pelo mundo associativo	26
2.1.3. O regulamento dos litígios desportivos	27
2.1.4. Os limites das parcerias com o mundo económico	27
2.1.5. A responsabilidade do risco desportivo	27
2.1.6. O estatuto de desportista de alto nível	28
2.1.7. Uma reforma do direito das associações desportivas	28
2.1.8. Os direitos desportivos	28
2.1.9. Os recursos das associações desportivas e a fiscalidade	29
2.1.10. O financiamento das federações, as missões de serviço público e os espectáculos desportivos	29
2.1.11. O doping	30
2.2. Pistas de reflexão	30
2.2.1. Missão de serviço público e desenvolvimento de projectos económicos: a investigação de novas formas jurídicas	30
2.2.2. O regulamento dos litígios desportivos	31
2.2.3. A parceria com o mundo económico	32
2.2.4. A responsabilidade do risco desportivo	32
2.2.5. O estatuto do desportista de alto nível	32
2.2.6. A adaptação do quadro jurídico da associação desportiva de base	32
2.2.7. Os direitos desportivos	33
2.2.8. As associações desportivas e fiscalidade	34
III A PROCURA SOCIAL E A GESTÃO DO DESPORTO DE MASSAS EM FRANÇA	35
3.1. Análise crítica da situação actual	35
3.1.1. Uma oferta desportiva inadaptada à evolução da procura social	36
3.1.2. Respostas económicas insuficientes face a esta evolução	38

3.2.	Pistas de reflexão	39
3.2.1.	Reforçar os princípios de base do sistema desportivo francês	39
3.2.2.	Criar um observatório de tendências das práticas desportivas em França e no estrangeiro	40
3.2.3.	Clarificar as missões do movimento desportivo, do Estado, das Autarquias e de outros agentes, a fim de repartir a carga dos novos meios e o seu destino	40
3.2.4.	Criar estruturas de serviços dedicados às associações desportivas e aos seus dirigentes	40
3.2.5.	Divulgar uma real vontade política de desenvolvimento da prática desportiva de massas sob uma forma dupla	41
3.2.6.	Formalizar o conceito "de utilidade social e desportiva" sob a dupla forma	41
IV	A ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA DO DESPORTO PROFISSIONAL EM FRANÇA: O EXEMPLO DO FUTEBOL	41
4.1.	Análise crítica da situação actual	42
4.1.1.	A referência ao modelo inglês não é hoje pertinente para a França	42
4.1.2.	A tradicional oposição entre desporto profissional e desporto de massas bloqueia a evolução necessária	43
4.1.3.	A concertação entre os agentes não é satisfatória em qualidade e quantidade	44
4.1.4.	O estatuto dos clubes tornou-se obsoleto, assim como o seu modo de gestão	44
4.2.	Pistas de reflexão	45
4.2.1.	Repensar o funcionamento do futebol Francês	45
4.2.2.	Estruturar uma concertação permanente na base do modelo inglês: a Football Task Force	45
4.2.3.	Elaborar uma carta dos clubes que permita fazer evoluir o seu estatuto e que lhes permita desempenhar melhor as suas diferentes missões	46
V	O MODELO FRANCÊS À PROVA DA EUROPA	48
5.1.1.	Uma influência recente e crescente do direito comunitário na esfera do desporto	48
5.1.2.	O desporto, actividade económica submetida às regras comunitárias	48
5.1.3.	O desporto, enquanto actividade social, interessa cada vez mais à União Europeia	50
5.2.	Pistas de reflexão	52
Anexos		53
Anexo 1	A vitalidade do Desporto em França 2001	53
Anexo 2	As despesas públicas a favor do desporto	53
Anexo 3	Evolução das despesas previstas e constatadas no Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Desporto (FNDS)	54
Anexo 4	Direitos de retransmissão dos Jogos Olímpicos de Verão	54
Anexo 5	Os contratos mais importantes de direitos de televisão na Europa (futebol - por época)	54
Anexo 6	Despesas dos Canais de Televisão entre 1991-1994 e 1995-1998	55
Anexo 7	Evolução da difusão total média do quotidiano L'Équipe	55
Anexo 8	Impacto da União Europeia	55